

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – ATUAÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	31
CAPÍTULO II – ATRIBUIÇÕES EXTRAJUDICIAIS/EXTRAJURISDICIONAIS	45
1. RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	49
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – DESVIO DE FINALIDADE EM CARGOS INDEVIDAMENTE COMMISSIONADOS	55
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – PREVENÇÃO E REPRESSÃO: PUBLICIDADE AUTOPROMOCIONAL....	61
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – RELATIVA AO TRANSPORTE ESCOLAR	65
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA E FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	67
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO CONSUMIDOR	71
MODELO RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	75
2. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	76
MODELO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM MATÉRIA AMBIENTAL	83
MODELO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM MATÉRIA AMBIENTAL	87
2.1. O DESCUMPRIMENTO E A EXECUÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	91
MODELO EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	95
3. OFÍCIO.....	98
MODELO OFÍCIO	101
4. REUNIÃO-AUDIÊNCIA PÚBLICA	103
MODELO ATA DE REUNIÃO	107
MODELO MEMÓRIA DE REUNIÃO	111
MODELO TERMO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	113
5. INQUÉRITO CIVIL/PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO/NOTÍCIA DE FATO/PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ABERTURA, ANDAMENTO E ARQUIVAMENTO. NOÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	115
MODELO ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO – PORTARIA	143
MODELO DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA – PORTARIA	145
MODELO DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	147
MODELO DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO – PORTARIA	149

MODELO	DELIBERAÇÃO MOTIVADA DETERMINANDO ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	151
MODELO	DELIBERAÇÃO MOTIVADA DETERMINANDO ABERTURA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	155
MODELO	DELIBERAÇÃO MOTIVADA DETERMINANDO ABERTURA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA	157
MODELO	DELIBERAÇÃO/IMPULSO EM INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	161
MODELO	DELIBERAÇÃO/IMPULSO EM INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA.....	165
MODELO	DELIBERAÇÃO/IMPULSO EM INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DO MEIO AMBIENTE.....	169
MODELO	ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	171
MODELO	ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA...	173
MODELO	ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL EM MATÉRIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	175
MODELO	EXAME DE REPRESENTAÇÃO – DEFERIMENTO – ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL	177
MODELO	EXAME DE REPRESENTAÇÃO – REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	179
MODELO	EXAME DE REPRESENTAÇÃO – PEDIDO DE ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL – INDEFERIMENTO	181
MODELO	EXAME DE REPRESENTAÇÃO – DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO E REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	183
6.	OUTROS	189
MODELO	REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI OU ATO NORMATIVO FRENTE À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.....	191
CAPÍTULO III – ATRIBUIÇÕES JUDICIAIS		193
1.	INTRODUÇÃO	193
1.1.	BASE LEGAL INFRACONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO MINISTERIAL DO CÍVEL (ARTIGO 178 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105/15) SOB PERSPECTIVA CRÍTICA	194
1.2.	RACIONALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES MINISTERIAIS NO ÂMBITO CÍVEL.....	198
1.3.	DIFERENÇA ENTRE COTA E PARECER MINISTERIAL	199
1.4.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	200
2.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	202
2.1.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	212
MODELO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	223
MODELO	RECURSO DE AGRAVO EM Ação CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	235
2.2.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA	245
2.3.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO.....	264

MODELO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO.....	271
2.4.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE OU DA ORDEM URBANÍSTICA	275
MODELO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE OU DA ORDEM URBANÍSTICA.....	287
2.5	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	312
2.6.	ATUAÇÃO EM Ação CIVIL PÚBLICA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	329
MODELO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	333
2.7.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA	339
2.8.	ATUAÇÃO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA EM Ação CIVIL PÚBLICA.....	341
MODELO	ATUAÇÃO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA/FISCAL SOCIAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO EM Ação CIVIL PÚBLICA.....	343
3.	AÇÃO POPULAR	345
MODELO	AÇÃO POPULAR	347
4.	MANDADO DE SEGURANÇA	351
MODELO	MANDADO DE SEGURANÇA.....	357
5.	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	368
MODELO	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CARÁTER DIFUSO	369
6.	ATUAÇÃO MINISTERIAL COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA/FISCAL SOCIAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA	370
6.1.	ALIMENTOS	372
6.1.1.	ALIMENTOS COMO Ação INICIAL DE CONHECIMENTO	374
MODELO	CONCORDÂNCIA COM O VALOR ACORDADO A TÍTULO DE ALIMENTOS	377
MODELO	PEDIDO DE INCLUSÃO DE CLÁUSULA PENAL	379
MODELO	DISCORDÂNCIA COM O VALOR ACORDADO A TÍTULO DE ALIMENTOS.....	381
6.1.2.	ALIMENTOS – EXECUÇÃO	382
MODELO	PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL À DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL.....	387
MODELO	PRONUNCIAMENTO DESFAVORÁVEL À DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL	389
MODELO	AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EFETIVA OU DE INTERESSE DO REPRESENTANTE LEGAL DO AUTOR NA CONTINUIDADE DO PROCESSO.....	391
MODELO	DISCORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANTO A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EM SEDE DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS COM PRISÃO CIVIL JÁ DECRETADA CUMULADA COM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	393
6.1.3.	REVISIONAL DE ALIMENTOS/EXONERAÇÃO.....	395
6.1.4.	RECURSO EM Ação DE ALIMENTOS	396
MODELO	RECURSO EM Ação DE ALIMENTOS.....	399
MODELO	RECURSO DE APELAÇÃO PARA DECISÃO JUDICIAL QUE HOMOLOGOU ALIMENTOS SEM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO NO TRINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE-PROPORCIONALIDADE.....	401
6.2.	PATERNIDADE	403
6.2.1.	AVERIGUAÇÃO OFICIOSA DE PATERNIDADE	404
MODELO	PATERNIDADE – AVERIGUAÇÃO	407
6.2.2.	INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	409
MODELO	INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	411

6.2.3.	GUARDA.....	416
MODELO	PARECER INICIAL EM AÇÃO DE GUARDA.....	421
MODELO	PARECER DE MÉRITO EM AÇÃO DE GUARDA	423
6.2.4.	REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS/COMPANHIA	424
MODELO	FAMÍLIA – REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS/COMPANHIA.....	427
6.3.	DISSOLUÇÃO DE ENTIDADE FAMILIAR	428
MODELO	MANIFESTAÇÃO EM PROCESSO DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL.....	431
MODELO	MANIFESTAÇÃO EM PROCESSO DE SEPARAÇÃO EM TRÂMITE QUANDO DO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 66/2010 ESTABELECENDO DIVÓRCIO DIRETO	435
MODELO	MANIFESTAÇÃO EM PROCESSO DE SEPARAÇÃO COM INTERESSES CONEXOS.....	437
MODELO	MANIFESTAÇÃO EM PROCESSO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO	439
MODELO	NÃO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM QUESTÕES DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE CONJUGAL DESACOMPANHADAS DE INTERESSE INDISPONÍVEL	441
7.	ATUAÇÃO MINISTERIAL JUDICIAL NO ÂMBITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	442
7.1.	ATUAÇÃO MINISTERIAL JUDICIAL EM MATÉRIA DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI OU NO ÂMBITO DO DIREITO INFRAÇÃO	444
MODELO	MODELO DE REPRESENTAÇÃO.....	465
MODELO	REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES	469
MODELO	PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO	471
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS POSTULANDO IMPROCEDÊNCIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	473
7.2.	ATUAÇÃO MINISTERIAL JUDICIAL ENVOLVENDO PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU NA APURAÇÃO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS	481
MODELO	REPRESENTAÇÃO PELA PRÁTICA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	483
MODELO	MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL CONTRÁRIA AO ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	487
MODELO	AÇÃO CAUTELAR DESTINADA A REGULARIZAR O AFASTAMENTO DA CRIANÇA DO CONVÍVIO FAMILIAR.....	489
MODELO	AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR.....	493
MODELO	PARECER EM GUARDA	503
MODELO	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DE VIAGEM	505
8.	ATUAÇÃO MINISTERIAL JUDICIAL COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA NO ÂMBITO CÍVEL EM GERAL	505
8.1.	TUTELA/CURATELA	506
MODELO	CURATELA – EXAME INICIAL E APRESENTAÇÃO DE QUESITOS.....	511
MODELO	CURATELA – SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR.....	513
MODELO	PARECER FINAL DE CONCORDÂNCIA	515
MODELO	PARECER FINAL DE IMPUGNAÇÃO – CONTRARIEDADE AO PEDIDO DE CURATELA.....	517

8.2. FUNDAÇÕES.....	518
8.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA.....	520
MODELO MANIFESTAÇÃO EM PROCESSO FALIMENTAR.....	523
8.4. REGISTROS PÚBLICOS	528
MODELO MANIFESTAÇÃO EM SEDE DE REGISTROS PÚBLICOS.....	529
MODELO NÃO INTERVENÇÃO EM REGISTROS PÚBLICOS	531
8.5. USUCAPIÃO	532
MODELO USUCAPIÃO.....	533
8.6. SUCESSÕES	537
MODELO SUCESSÕES.....	539
9. DESAPROPRIAÇÃO	540
MODELO DESAPROPRIAÇÃO.....	541
10. ALVARÁS	542
MODELO ALVARÁS.....	543
11. ELEITORAL	543
MODELO AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	551
MODELO AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)	557
MODELO AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	563
MODELO MANIFESTAÇÃO EM SITUAÇÃO DE CONDUTA VEDADA.....	567
MODELO MANIFESTAÇÃO EM IMPUGNAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL	573
MODELO AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE) –FRAUDE À COTA DE GÊNERO	581
MODELO RAZÕES FINAIS EM AIJE ENVOLVENDO FRAUDE À COTA DE GÊNERO	591
CAPÍTULO IV – ATUAÇÃO NA ÁREA PENAL.....	597
I. INQUÉRITO POLICIAL.....	597
TEORIA.....	597
1. INSTAURAÇÃO	598
1.1. FORMAS DE INSTAURAÇÃO (ART. 5º CPP)	598
1.2. NEGATIVA DE CUMPRIMENTO À REQUISIÇÃO.....	601
1.3. IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE DE AÇÃO PENAL PARA EFEITO DE INVESTIGAÇÃO (ART. 5º, §§ 4º E 5º, CPP)	601
1.4. NOTÍCIA-CRIME OU <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	601
1.5. INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS CONTRA AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO.....	602
2. REQUISIÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS (ART. 16 CPP), JUIZ DAS GARANTIAS E TRÂMITE DIRETO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	602
3. ARQUIVAMENTO	605
3.1. NOÇÕES GERAIS	605
3.2. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO OU TÁCITO.....	608
3.3. ARQUIVAMENTO INDIRETO	608
3.4. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO	611
3.5. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	611

3.6. PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES APÓS O ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO (ART. 18 CPP E SÚMULA 524 STF)	613
PRÁTICA.....	615
4. MANIFESTAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	615
4.1. FASES DE ELABORAÇÃO	615
MODELO ARQUIVAMENTO DIRETO DE INQUÉRITO POLICIAL POR FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA.....	619
MODELO ARQUIVAMENTO DIRETO DE INQUÉRITO POLICIAL POR FALTA DE PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA.....	621
MODELO ARQUIVAMENTO DIRETO DE INQUÉRITO POLICIAL POR APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	623
MODELO ARQUIVAMENTO INDIRETO DE INQUÉRITO POLICIAL	627
MODELO ARQUIVAMENTO POR FALTA DE PERSPECTIVA DE OBTENÇÃO DE ELEMENTOS QUE SUPOREM “JUSTA CAUSA”	629
MODELO ARQUIVAMENTO POR ADVENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA “PROJETADA”	631
MODELO REQUERIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO	633
MODELO ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.....	635
5. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PROVAS DISCURSIVAS):	635
II. DENÚNCIA.....	636
TEORIA.....	636
1. CONCEITO	636
2. REQUISITOS ESSENCIAIS (ART. 41 CPP).....	637
3. OBJETIVIDADE E AFIRMATIVIDADE DA DENÚNCIA	640
4. DENÚNCIAS VEDADAS	641
4.1. DENÚNCIA GENÉRICA X DENÚNCIA GERAL	641
4.2. DENÚNCIA ALTERNATIVA	644
5. PRAZO PARA OFERECIMENTO DE DENÚNCIA (ART. 46, CAPUT, CPP).....	645
6. ADITAMENTO DA DENÚNCIA.....	646
PRÁTICA.....	647
7. DENÚNCIAS.....	647
7.1. FASES DE ELABORAÇÃO	647
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO	655
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE FURTO QUALIFICADO CONSUMADO.....	657
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE ROUBO MAJORADO NA FORMA TENTADA.....	659
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA CONSUMADA.....	661
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE ESTELIONATO CONSUMADO	663
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE RECEPÇÃO CONSUMADA	665
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE ESTUPRO CONSUMADO.....	667
MODELO DENÚNCIA POR CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONSUMADO.....	669
MODELO DENÚNCIA POR CRIMES DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA ACOMPANHADA DE COTA MINISTERIAL	671

MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO CONSUMADO	675
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.....	677
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	679
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS.....	681
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS, PORTE DE ARMA DE FOGO E CORRUPÇÃO DE MENORES, TUDO EM REGIME DE CONCURSO MATERIAL E ACOMPANHADA DE COTA MINISTERIAL	683
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE FEMINICÍDIO, ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER, COM CONCURSO DE CRIMES.....	687
MODELO	DENÚNCIA POR CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS ACOMPANHADA DE COTA MINISTERIAL	691
MODELO	ADITAMENTO À DENÚNCIA POR CRIME DE FURTO SIMPLES CONSUMADO PARA INCLUIR A IMPUTAÇÃO DE ROUBO SIMPLES CONSUMADO	695
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PROVAS DISCURSIVAS)	697
III.	ALEGAÇÕES FINAIS/MEMORIAIS	737
TEORIA.....		737
1.	CONCEITO	737
2.	ESPÉCIES.....	738
PRÁTICA.....		740
3.	ALEGAÇÕES FINAIS:.....	740
3.1.	FASES DE ELABORAÇÃO	740
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO	743
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIME DE ROUBO CONSUMADO COM CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA.....	751
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	757
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIMES DE LESÃO CORPORAL E DE AMEAÇA NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA.....	763
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.....	767
MODELO	ALEGAÇÕES FINAIS EM CRIME DE TRÂNSITO	777
IV.	RECURSOS	783
TEORIA.....		783
1.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	783
1.1.	NOÇÕES GERAIS	783
1.2.	CARACTERÍSTICAS	783
1.3.	EFEITOS.....	785
1.4.	RECURSO DE OFÍCIO (ART. 574 CPP)	786
1.5.	DESVIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSAMENTO DO RECURSO (ART. 575 CPP)	787

1.6.	IMPOSSIBILIDADE DE DESISTÊNCIA DO RECURSO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 576 CPP).....	787
1.7.	MÚLTIPLA LEGITIMIDADE RECURSAL (ART. 577 CPP)	787
1.8.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	788
1.9.	PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS (ART. 579 CPP)	790
2.	APELAÇÃO	793
2.1.	NOÇÕES GERAIS	793
2.2.	INTERPOSIÇÃO	793
2.3.	CABIMENTO.....	794
2.4.	PROCESSAMENTO	794
2.5.	JULGAMENTO	795
3.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	796
3.1.	NOÇÕES GERAIS	796
3.2.	INTERPOSIÇÃO	796
3.3.	CABIMENTO.....	796
3.4.	PROCESSAMENTO	797
3.5.	JULGAMENTO	798
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	798
4.1.	NOÇÕES GERAIS	798
4.2.	INTERPOSIÇÃO	798
4.3.	CABIMENTO.....	799
4.4.	PROCESSAMENTO	799
4.5.	JULGAMENTO	800
4.6.	OUTRAS CONSIDERAÇÕES	800
5.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE:	801
5.1.	NOÇÕES GERAIS	801
5.2.	INTERPOSIÇÃO	801
5.3.	CABIMENTO.....	801
5.4.	PROCESSAMENTO	803
5.5.	JULGAMENTO	803
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	804
6.1.	NOÇÕES GERAIS	804
6.2.	INTERPOSIÇÃO	804
6.3.	HIPÓTESES DE CABIMENTO	804
6.4.	PROCESSAMENTO	805
6.5.	JULGAMENTO	805
7.	AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	805
8.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	806
9.	RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSOS:	807
9.1.	FASES DE ELABORAÇÃO	807
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE APELAÇÃO.....	811

MODELO	CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	819
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	829
MODELO	CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	833
MODELO	RAZÕES DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	837
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE EMBARGOS INFRINGENTES	843
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE CARTA TESTEMUNHÁVEL	847
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	849
MODELO	PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO E RAZÕES DE CORREIÇÃO PARCIAL	851
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PROVAS DISCURSIVAS)	853
V.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	892
	TEORIA.....	892
1.	<i>HABEAS CORPUS</i>	892
1.1.	NOÇÕES GERAIS	892
1.2.	CABIMENTO.....	894
1.3.	TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR	894
1.4.	COMPETÊNCIA.....	896
1.5.	LEGITIMIDADES ATIVA E PASSIVA	896
1.6.	FORMA DE PROPOSITURA.....	897
1.7.	RITO PROCESSUAL.....	897
1.8.	JULGAMENTO	897
1.9.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	897
2.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	898
2.1.	NOÇÕES GERAIS	898
2.2.	CABIMENTO.....	898
2.3.	COMPETÊNCIA.....	899
2.4.	LEGITIMIDADES ATIVA E PASSIVA	899
2.5.	PROCEDIMENTO	900
2.6.	JULGAMENTO	901
	PRÁTICA.....	901
3.	<i>HABEAS CORPUS</i>	901
3.1.	FASES DE ELABORAÇÃO	901
MODELO	PETIÇÃO INICIAL DE INTERPOSIÇÃO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	905
4.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	917
4.1.	FASES DE ELABORAÇÃO	917
MODELO	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	919
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PROVAS DISCURSIVAS)	925
VI.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	927
	TEORIA.....	927
1.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	927

1.1. NOÇÕES GERAIS	927
1.2. REGRAMENTO (ART. 28-A DO CPP)	927
PRÁTICA.....	929
2. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL:.....	929
2.1. FASES DE ELABORAÇÃO.....	929
MODELO PROPOSTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (MODELO 1)	933
MODELO PROPOSTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (MODELO 2)	937
VII. PARECER EM PRISÕES CAUTELARES	941
TEORIA.....	941
1. PRISÕES CAUTELARES E INSTITUTOS CORRELATOS.....	941
1.1. RELAXAMENTO DA PRISÃO CAUTELAR.....	941
1.2. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	941
1.3. REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR.....	944
1.4. PRISÃO TEMPORÁRIA	944
1.5. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	944
1.6. PRISÃO PREVENTIVA.....	945
1.7. PRISÃO DOMICILIAR.....	945
1.8. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ALTERNATIVAS À PRISÃO CAUTELAR	945
PRÁTICA.....	946
2. PARECER EM PRISÕES CAUTELARES	946
2.1. FASES DE ELABORAÇÃO	946
MODELO PARECER PELA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA	947
MODELO PARECER DESFAVORÁVEL AO PEDIDO ALTERNATIVO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE/CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA	949
MODELO PARECER FAVORÁVEL À REPRESENTAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA E DE BUSCA E APREENSÃO	953
MODELO PARECER DESFAVORÁVEL AO PEDIDO ALTERNATIVO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA/CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR.....	959
MODELO PARECER FAVORÁVEL À CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA E COM MEDIDAS CAUTELARES	963
MODELO PARECER FAVORÁVEL À CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA	965
MODELO REQUERIMENTO MINISTERIAL DE PRISÃO PREVENTIVA.....	967
BIBLIOGRAFIA	971